

LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES

Procurador Regional da República

Ex-Procurador Regional Eleitoral de São Paulo

Mestre e Doutor em Direito do Estado

AÇÕES ELEITORAIS

contra o registro, o
diploma e o mandato

III ➔ **ASPECTOS MATERIAIS
E PROCESSUAIS**

2ª edição
revista, atualizada e ampliada
2024



PUBLIQUE
edições

Ações eleitorais contra o registro, o diploma e o mandato
Aspectos materiais e processuais

Edição e Preparação de Texto

Marisa Amaro dos Reis

Capa / projeto gráfico / diagramação

Mônica Landi

Analista / Produção Digital

Camilla Felix Cianelli Chaves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)
Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Gonçalves, Luiz Carlos dos Santos

Ações eleitorais contra o registro, o diploma e o mandato : aspectos materiais e processuais / Luiz Carlos dos Santos Gonçalves. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : M. Amaro – Textos Acadêmicos e Jurídico, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-980302-3-0

1. Direito eleitoral – Brasil 2. Direito eleitoral – Jurisprudência – Brasil 3. Direito eleitoral – Legislação – Brasil 4. Eleições – Brasil 5. Processo eleitoral I. Título.

23-181893

CDU-342.8(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito eleitoral

342.8(81)

Data de fechamento: 19-11-2023

Publique Edições

Consolação – São Paulo – SP

WhatsApp: (11) 9 7469-3282

www.editorapublique.com.br

contato@editorapublique.com.br

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

1. INELEGIBILIDADES E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	27
1.1. Inabilitação: inelegibilidade ou ausência de condições de elegibilidade?	29
1.2. As Condições de Elegibilidade na Constituição Federal de 1988	31
1.2.1. Nacionalidade brasileira	31
1.2.2. O pleno exercício dos direitos políticos	33
1.2.3. Direitos Políticos	33
1.2.4. Alistamento eleitoral	39
1.2.5. Domicílio eleitoral na circunscrição	40
1.2.6. Filiação partidária.....	41
1.2.6.1.Prazo de filiação	43
1.2.7. Idades mínimas	47
1.3. Elegibilidade dos militares.....	48
1.4. Inelegibilidades constitucionais	50
1.4.1. Analfabetos	50
1.4.2. Inalistáveis	52
1.4.3. Inelegibilidade funcional	52
1.4.3.1. Inelegibilidade advinda da substituição nos seis meses antes do pleito	53
1.4.3.2. A inelegibilidade funcional dos vices.....	55
1.4.4. Inelegibilidade reflexa	57
1.5. Inelegibilidades legais. A Lei da Ficha Limpa.....	61
1.5.1. Oito anos a partir de quando?	63
1.5.2. O debate sobre a constitucionalidade das inelegibilidades da Lei da Ficha Limpa	64
1.5.3. Ficha Limpa e alegada ofensa ao Pacto de São José da Costa Rica	69
1.6. Inelegibilidades por perda de cargo.....	70

1.7.	Inelegibilidade por rejeição de contas	78
1.7.1.	Controle externo das contas	78
1.7.2.	Órgão competente para fins de inelegibilidade	80
1.7.3.	Irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa	83
1.8.	Inelegibilidade por improbidade administrativa.....	85
1.9.	Inelegibilidade por doação ilegal.....	89
1.10.	Inelegibilidade por abuso de poder político ou econômico	91
1.11.	Inelegibilidade por condenação criminal	94
1.12.	Inelegibilidades por condenações eleitorais	99
1.13.	Inelegibilidades por liquidação judicial ou extrajudicial	100
1.14.	Inelegibilidades por simulação de ruptura conjugal.....	101
1.15.	Desincompatibilização	102
1.15.1.	Exigências constitucionais de desincompatibilização.....	103
1.15.2.	Exigências legais de desincompatibilização.....	104

2. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DA CANDIDATURA..... 113

2.1.	Competência para a Ação de Impugnação.....	119
2.2.	Legitimação ativa	119
2.3.	Legitimação passiva	122
2.4.	Objeto da ação	123
2.5.	Prazo de interposição.....	124
2.6.	Rito	126
2.7.	Recursos.....	132

3. O RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA..... 137

3.1.	Natureza jurídica: recurso ou ação? A competência para processar e julgar.....	138
3.2.	Cabimento.....	142
3.3.	O que é superveniente?	144
3.4.	Até quando podem surgir os fatos supervenientes?	145
3.5.	Hipóteses comuns de Recurso Contra a Expedição do Diploma.....	145
3.6.	A exclusividade do RCED para cassação não sancionatória do diploma	148
3.7.	Legitimação ativa e passiva.....	148
3.8.	Prazo.....	150
3.9.	Competência e procedimento	151
3.10.	Provas.....	153

3.11. Efeitos da decisão.....	154
3.12. Recursos	158
3.12.1. Efeito Suspensivo	160

SEGUNDA PARTE

4. O ABUSO DE PODER	163
4.1. Modalidades de abuso de poder.....	166
4.1.1. Abuso de poder político	168
4.1.1.1. O agente público no abuso de poder político	170
4.1.1.2. Colaboração entre autoridades e extraneus.....	172
4.1.1.3. Fraudes no lançamento de candidaturas femininas	172
4.1.1.4. O Abuso do poder religioso.....	175
4.1.1.5. Abuso de poder por lideranças indígenas?.....	179
4.1.2. Abuso de poder econômico.....	180
4.1.3. Abuso no uso dos meios de comunicação social.....	184
4.1.3.1. Exemplificações de abusos comunicacionais.....	185
4.1.3.2. Abusos na internet.....	187
4.1.4. Relação entre abusos diversos	190
4.2. Abuso de poder político versus conduta vedada: estilo de tipificação, abrangência e interpretação	191
4.3. Ações relativas ao abuso de poder político, econômico ou dos meios de comunicação social	196
5. A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL	199
5.1. Aspectos Processuais da Ação de Investigação Judicial Eleitoral	203
5.1.1. Termo inicial e final para a propositura da ação	204
5.1.2. Legitimação ativa	204
5.1.3. Legitimação passiva.....	207
5.1.4. Assistência	212
5.1.5. A petição inicial da AIJE	214
5.1.6. Citação, defesa e aditamento da inicial.....	217
5.1.7. A suspensão cautelar do ato ilegal.....	219
5.1.8. Instrução do processo	220
5.1.9. As provas	220
5.1.9.1. A prova emprestada.....	229
5.1.10. Alegações finais das partes e parecer do Ministério Público	232
5.1.11. Desistência da ação.....	233

5.1.12. A sentença na AIJE.....	234
5.1.12.1. A possibilidade de livre apreciação dos fatos públicos, indícios e presunções: um debate sobre o papel da Justiça Eleitoral ...	236
5.1.12.2. Mensuração da gravidade do ilícito	244
5.1.13. Responsabilidade por ato de terceiros	251
5.1.13.1. Cassação do diploma dos beneficiados e fraude na cota de gênero.....	252
5.1.14. AIJE na circunscrição estadual.....	255
5.1.15. Recursos da decisão dos tribunais regionais eleitorais.....	256
5.1.16. AIJE nas eleições para a Presidência da República.....	257
 6. A APLICAÇÃO DO RITO DO ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR N. 64/90 A OUTRAS AÇÕES ELEITORAIS CASSATÓRIAS.....	259
6.1. Aplicação do Código de Processo Civil	261
6.1.1. A tutela inibitória do art. 497 do Código de Processo Civil	266
6.1.2. Código de Processo Civil e contagem dos prazos no processo judicial eleitoral	269
6.1.2. A concomitância da Ação de Investigação Judicial Eleitoral e das representações	272
 7. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS	275
7.1. Enunciação das condutas proibidas.....	278
7.2. Os agentes públicos	279
7.3. Abrangência das vedações e circunscrição em disputa	280
7.4. O momento da conduta	280
7.5. A ressalva das situações de calamidade e emergência.....	282
7.6. Não exclusividade da responsabilização eleitoral.....	284
7.6.1. Condutas vedadas como crimes eleitorais	284
7.6.2. Condutas vedadas como crimes do Código Penal	285
7.6.3. Condutas vedadas como hipóteses de improbidade administrativa.....	286
7.6.4. Condutas vedadas como ofensas à Lei de Responsabilidade Fiscal.....	288
7.7. Responsabilização dos agentes públicos e dos candidatos beneficiados	291
 8. TIPOS DAS CONDUTAS VEDADAS.....	295
8.1. Cessão de bens móveis e imóveis para candidatos e partidos	295

8.1.1. Permissão excepcional de uso de bens móveis e imóveis para fins políticos	297
8.2. Uso de materiais ou serviços custeados pelos Governos e Casas Legislativas	299
8.3. Cessão de servidores públicos para campanhas político-partidárias	300
8.4. Entrega gratuita de bens e seu uso promocional.....	303
8.5. Proibição de execução de programas sociais por entidades ligadas a candidato .	307
8.6. Contratação, demissão e movimentação de funcionários públicos	309
8.6.1. Nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.....	311
8.6.2. Nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais ou conselhos de contas e dos órgãos da Presidência da República	311
8.6.3. Nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo	312
8.6.4. Nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo	312
8.6.5. Transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários	313
8.7. Repasses financeiros voluntários de uma unidade da federação para outra	313
8.8. Propaganda institucional.....	314
8.9. Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão	320
8.10. Despesas com publicidade institucional.....	321
8.11. Revisão geral da remuneração de servidores públicos	324
8.12. Pessoalidade como abuso de poder.....	326
8.13. Vedação dos shows pagos com dinheiro público	327
8.14. Proibição de comparecimento a cerimônias de inauguração de obras públicas .	328
8.15. Sanções por conduta vedada.....	331
8.16. Aspectos processuais da representação por condutas vedadas.....	335
9. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO	339
9.1. Compra de votos como modalidade de abuso do poder econômico.....	340
9.2. Distinção entre o ilícito civil e o ilícito criminal.....	342
9.3. Responsabilização exclusiva do candidato	343
9.4. Destinatário da vantagem.....	346
9.5. A conduta ilícita	347
9.6. As vantagens	348

9.7. O pedido expresso ou implícito de votos ou abstenção	351
9.8. Consumação do ilícito.....	352
9.9. Desnecessidade de demonstração de potencialidade lesiva.....	353
9.10. Compra de votos, conduta vedada e abuso do poder econômico	354
9.11. A prova na captação ilícita.....	354
9.12. A captação violenta de sufrágio	357
9.13. A representação por captação ilícita de sufrágio	358

10. PROGRAMAS TELEVISIVOS OU RADIOFÔNICOS COM NOME DE CANDIDATO, APRESENTADOS OU COMENTADOS POR CANDIDATO OU PRÉ-CANDIDATO 361

11. CAPTAÇÃO OU GASTOS ILÍCITOS DE RECURSOS 365

11.1. Financiamento e prestação de contas de campanha	365
11.2. Bem jurídico protegido pelo art. 30-A	369
11.3. Conformação do ilícito.....	371
11.4. Distinção com o abuso do poder econômico	374
11.5. Prazo de proposição da representação	375
11.6. Legitimação ativa e passiva	377
11.7. Competência e rito	377
11.8. Produção cautelar de provas.....	378

TERCEIRA PARTE

12. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO 383

12.1. Campo material da AIME.....	385
12.1.1. Abuso do poder econômico.....	385
12.1.2. Corrupção.....	386
12.1.3. Fraude.....	389
12.2. Legitimação ativa e passiva.....	391
12.3. Prazo.....	393
12.4. Competência	394
12.5. Procedimento.....	394
12.6. Efeitos da decisão.....	396
12.7. Recursos das decisões.....	399
12.8. Ações diversas sobre fatos que também autorizam a AIME	399

QUARTA PARTE

13. PERDA DE MANDATO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. O SISTEMA PROPORCIONAL ...	407
13.1. As normas sobre perda de mandato e justificação	409
13.2. A representação para perda do mandato proporcional.....	412
13.2.1. Competência.....	412
13.2.2. Prazo e Legitimação para a ação.....	412
13.2.3. Rito.....	414
13.3. As causas de justificação	414
13.4. Casuística.....	418
13.5. Recursos.....	421

QUINTA PARTE

14. RECURSOS NAS AÇÕES CONTRA O REGISTRO, O DIPLOMA OU MANDATO.....	425
14.1. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	426
14.2. Legitimidade e assistência.....	426
14.3. Tipicidade dos recursos eleitorais.....	428
14.3.1. Agravo de instrumento nas decisões de tutela?	428
14.4. Efeitos dos recursos eleitorais.....	430
14.5. A aplicação parcial e adaptada do Código de Processo Civil	430
14.6. Prazos dos recursos eleitorais.....	431
14.7. Decisões do juiz eleitoral: Embargos de Declaração.....	435
14.7.1. Decisões do juiz eleitoral: o recurso “inominado” do art. 265 do Código Eleitoral.....	437
14.7.2. Tramitação do recurso no Tribunal Regional Eleitoral.....	439
14.7.3. Decisões do TRE ou TSE: Agravo interno em face do relator.....	440
14.8. O Recurso Ordinário Eleitoral.....	442
14.9. O Recurso Especial Eleitoral	444
14.9.1. Pedido de concessão cautelar de efeito suspensivo	453
14.9.2. Fungibilidade recursal	454
14.9.3. O agravo em razão da inadmissão do recurso especial	456
14.9.4. Tramitação do Recurso Especial e do Agravo no Tribunal Superior Eleitoral..	457
14.10. Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral sobre recurso ordinário e especial:	458
14.11. Recurso Ordinário e Extraordinário das decisões do Tribunal Superior Eleitoral	460
14.11.1. Agravo da inadmissão do recurso extraordinário.....	471
14.12. Recursos eleitorais: visão sinóptica.....	473

SEXTA PARTE

15. CASSAÇÃO DO REGISTRO, DIPLOMA OU MANDATO NAS AÇÕES ELEITORAIS. GERAÇÃO DE INELEGIBILIDADE. ANULAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DOS VOTOS	479
15.1. Efeitos diretos da negativa ou cassação do registro e da cassação do diploma ou mandato	479
15.2. O cumprimento da decisão da Justiça Eleitoral	482
15.3. Anulação dos votos.....	486
15.4. Geração de inelegibilidade.....	489
16. QUADRO SINÓTICO DAS AÇÕES E REPRESENTAÇÕES ELEITORAIS.....	495
REFERÊNCIAS.....	497